

Introdução

Raymundo Nina Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, RN. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 8-18. Introdução. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

INTRODUÇÃO

Sumário:

O problema “O Negro” no Brasil. Dificuldades do seu estudo: suscetibilidades que provoca; suas origens e impropriedade. Negação da existência de um problema “O Negro” no Brasil. Este não é o da existência da Raça Negra mais ou menos pura como nos Estados Unidos: é o da utilização e valor social do Mestiço. Fórmula do problema; elementos variados de cujo conhecimento depende a sua solução: carência ou deficiência desses conhecimentos no Brasil; necessidade imperiosa de adquiri-los. O conhecimento científico dos colonos negros representa um dos mais importantes; o presente livro, consagrado ao seu estudo, é escrito como um subsídio a esse *desideratum*.

Bem arredio do meu espírito andava, por certo, o pensamento de que os modestos ensaios, tentados em 1890 a benefício da clínica sobre imunidades mórbidas das raças brasileiras¹ e, mais tarde, prosseguidos nas suas aplicações médico-legais às variações étnicas da imputabilidade e da responsabilidade penal², viessem colocar-me um dia face a face com essa esfinge do nosso futuro — o problema “o Negro” no Brasil. Mas a ampliação do quadro não fez ao médico perder de vista o seu objetivo. Ao contrário foi este que, como fio condutor, o levou a sentir e a tocar, no âmago de uma população de aparências juvenis e vigorosas, possíveis germes de precoce decadência que mereciam sabidos e estudados, em busca de reparação e profilaxia. Ao restrito e primitivo intuito do perito, forrava agora uma transcendente questão de higiene social. E numa e noutra face o problema deixava ao médico a sua inteira liberdade de ação.

Não creio seguramente que a esse problema se lembre alguém de contestar importância. Mas para uns será ele assunto delicado e melindroso de tratar, fácil de ferir suscetibilidades respeitáveis. Para outros, fantasista ou imaginosa descoberta de um problema étnico inexistente no Brasil, onde, de viva força e por este modo, servil espírito de imitação pretende reproduzir em tudo o paradigma dos Estados Unidos.

Na primeira alternativa, a nossa doentia preocupação de personalidades, que só aos desabusados da capacidade e direito de discutir as questões de princípio, se complica efetivamente, no caso particular, de uma nota curiosa de psicologia de povo composito.

Há flagrante injustiça no zelo de que pomos em defender os foros da nossa linhagem. Desabrida a intolerância para com os portugueses. Não há quem não se julga autorizado a depreciá-los, a deprimi-los. Como que pesa e envergonha o sangue português que nos corre nas veias e a cada passo, por vezes sem noção da mais elementar urbanidade, clamamos a altos brados que a nossa decadência provém da incapacidade cultural dos Lusitanos, da baixa estirpe dos degradados, galés e prostitutas mandados para colonizar o país. E ninguém aí descobre todavia uma parte de ofensa pessoal que lhe possa caber.

¹ Nina Rodrigues, “Antropologia patológica: Os mestiços”, in *Brasil – Médico*, 1890.

² Nina Rodrigues, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Bahia, 1894.

Diversa é a situação se; de público, se tem de tratar do Indígena, do Negro ou do Mestiço. A inconveniência, as suscetibilidades pessoais são para logo invocadas como irritantes mordças. Refolha se a linguagem, mitigam-se os conceitos, é instintiva a tendência a exagerar a benevolência dos juízos; nem basta calar a verdade, urge fantasiar dotes, exaltar qualidades mesmo comuns ou medíocres.

Por ser estranha e injusta, não deixa de ter uma explicação lógica e natural esta singular disposição de ânimo. Imerge as suas raízes na psicologia dos sucessos mais culminantes da nossa curta vida histórica. A animosidade contra os portugueses é um resquício da estratificação dos sentimentos de oposição e antagonismo que elaboraram e fizeram a emancipação política da antiga Colônia. A intuscepção social que, dando a ela o preciso desenvolvimento econômico e político, preparava a separação, carecia, para a luta da independência, do concurso de um antagonismo de sentimentos, forte bastante para quebrar os laços da continuidade afetiva entre Brasileiros e portugueses e dar-nos a consciência de uma vida autônoma. Era a vasta elaboração inconsciente, na alma do futuro povo, desse elemento sentimental promotor de todas as ações humanas e o único capaz de trazer as ideias da região fria e indiferente da simples verificação intelectual, para o terreno da volição executora. Escassos, porém, eram os elementos e ocasiões oferecidos a esse trabalho. Afora a terra e os Indígenas, tudo era português, aqui, civilização como habitantes. Forçoso volver ao Índio que, para a Metrópole como para a Colônia, tinha sido em todos os tempos o elemento estranho a combater e a dominar. Então não eram tidos em conta os Negros, que se consideravam simples máquinas de trabalho. Nem estava formada a consciência da intervenção e influência futuras do Mestiço, a quem, aliás, ficava reservado papel tão culminante. Daí a animosidade, a depreciação do Português; a simpatia e a exaltação do Índio considerado o elemento nacional por excelência. Para a luta da independência, mestiços e brancos se mascaravam mesmo de índios, tomando ao tupi-guarani os seus cognomes e apelidos de família.

Depois tocou a vez ao Negro. A extinção da escravidão no Brasil não foi a solução, pacífica ou violenta, de um simples problema econômico. Como a extinção do tráfico, a da escravidão precisou revestir a forma toda sentimental de uma questão de honra e pundonor nacionais, afinada aos reclamos dos mais nobres sentimentos humanitários. Para dar-lhe esta

feição impressionante foi necessário ou conveniente emprestar ao Negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos. Deu-se-lhe a supremacia no estoicismo do sofrimento, fez-se dele a vítima consciente da mais clamorosa injustiça social. Em tal emergência podia protestar, debalde, contra estes exageros a História toda, que nos mostra a escravidão como um estádio fatal da civilização dos povos; em vão continuaria a oferecer-lhe tácito desmentido a África inteira, onde a intervenção dos Europeus não conseguiu diminuir sequer a escravidão; sem fruto podia clamar o exemplo dos nossos Negros e Mestiços, livres ou escravizados, que continuavam a adquirir e a possuir escravos. O sentimento nobilíssimo da simpatia e piedade, ampliado nas proporções de uma avalanche enorme na sugestão coletiva de todo um povo, ao Negro havia conferido, ex-autoridade própria, qualidades, sentimentos, dotes morais ou ideias que ele não tinha, que ele não podia ter; e naquela emergência não havia que apelar de tal sentença, pois a exaltação sentimental não dava tempo nem calma para reflexões e raciocínios. Em compensação, inconscientemente, nesta ilusão benéfica e progressista, operava-se para o Brasil a maior e a mais útil das reformas, — a extinção da escravidão.

Não há, de fato, problema social que possa levar a palma ao abolicionista na demonstração do poder invencível destas transformações no sentir de um povo. E disto como exemplo nenhum mais eloquente do que o do povo inglês, tipo legendário de impassibilidade e compostura.

A nação que, no século XVI, conferia o *baronnet* a John Hawkins pelo impulso que deu ao comércio de escravos; que, em 1743, esteve a ponto de conflagrar a Europa por se ter a Espanha recusado a prorrogar o prazo do acordo com ela firmado para abastecer de escravos as colônias espanholas; que, como, em 1799, declarava Canning no parlamento, “exercia, no fim do século XVIII, o monopólio do tráfego” é a mesma que, no começo e na primeira metade do século XIX, enceta a campanha gloriosa da supressão do tráfico, monta cruzeiros, polícia os mares, e criando, com dispêndios extraordinários, enormes esquadras, torna a extinção do comércio humano uma questão de honra do povo britânico que a leva a cabo com a mais decidida e meritória energia.

Sem dúvida para nós outros, as causas acima apontadas passaram todas. Mas, no mundo moral como no físico, a inércia conserva por largo prazo o movimento recebido. Já vai longe a época das bandeiras coloniais

como a das lutas da independência, mas senão a animosidade de então, pelo menos notória desestima pelos portugueses persiste mais ou menos latente na população brasileira. Ainda uma literatura, meio anacrônica, explora sucesso neste filão, contrapondo no romance o índio a quem se cumula de todas as virtudes ao português a quem se cobre de todos os baldões. Os índios, extintos, foragidos ou refugiados nas selvas, inacessíveis a toda a cultura, desiludem os mais apaixonados catequistas; mas o culto pelo índio-emblema, o índio-convencional, de mera fantasia, mantém-se inalterável. A escravidão se extinguiu, o Negro e um cidadão como qualquer outro, e entregue a si poderia suplantar ou dominar o branco. Todavia domina no país a simpatia da campanha abolicionista e instintivamente todos se querem pôr de protetores da Raça Negra.

No entanto, os destinos de um povo não podem estar à mercê das simpatias ou dos ódios de uma geração. A ciência que não conhece estes sentimentos, está no seu pleno direito exercendo livremente a crítica e a estendendo com a mesma imparcialidade a todos os elementos étnicos de um povo. Não o pode deter a confusão pueril entre o valor cultural de uma raça e as virtudes privadas de certas e determinadas pessoas. Se conhecemos homens negros ou de cor de indubitável merecimento e credores de estima e respeito, não há de obstar esse fato o reconhecimento desta verdade — que até hoje não se puderam os Negros constituir em povos civilizados.

O critério científico da inferioridade da Raça Negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos Norte-americanos. Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções. “Os negros Africanos, ensina Hovelacque³ são o que são; nem melhores, nem piores do que os brancos; pertencem apenas a uma outra fase de desenvolvimento intelectual e moral.” Se a ciência não pode, pois, deixar de levar em conta, como fator sociológico, os prejuízos de castas e raças, em compensação nunca poderão estes influir nos seus juízos. Aliás tais prejuízos não existem no Brasil. Neste livro nem precisamos dissimular a viva simpatia que nos inspira o Negro brasileiro.

³ Abel Hovelacque, *Les Nègres de l'Afrique sus-équatoriale*, Paris, 1889, pág. 458.

Branco, mestiço e negro, entre nós, discorrem e pontificam todos os dias da decadência da raça latina; é mesmo de bom tom não ostentar desprezo por esses inferiores, cortejando humildemente os fortes teutões e anglo-saxões. Se tais juízos são controvertidos ou contestados, ninguém por isso se mostra pessoalmente magoado ou ofendido. Porque, pois, aplicar aos Negros e Mestiços critério científico diverso, transformando uma questão de princípios em questão de pessoas?

Na outra alternativa — a da inexistência de um problema “O Negro” no Brasil —, a verdade é que, a não ser pelos publicistas mais notáveis, o problema social da Raça Negra foi sempre muito mal compreendido no país. Quando, em 1850, a reação antiescravista que, na alta administração, se personificou em Eusébio de Queirós, pôde proclamar a extinção do tráfico, não faltou quem declarasse resolvido o problema “o Negro”. A ação do tempo completaria a obra, se é que então, salvo um ou outro, acreditava alguém na necessidade de extinguir-se a escravidão. De duração bem curta foi sem dúvida a enganadora tranquilidade. A campanha abolicionista iniciou-se quase logo. A princípio tímida e indecisa, a pouco e pouco reforçada e dominante, triunfava por fim apenas trinta anos depois. Mas, como da primeira vez, celebrou-se de novo e agora com maior estrondo a solução definitiva do magno problema. Os Negros existentes se diluirão na população branca e estará tudo terminado.

As transformações que as correntes imigratórias podem operar nos destinos de um povo infante ainda e que ocupa uma vasta região quase desabitada; os produtos imprevistos dos antagonismos e afinidades de raças diversas que se fundem; a influência que o caldeamento étnico pode exercer sobre a característica de uma nacionalidade em via de formação, bem podem não ter peso para os que só cogitam do presente e se extasiam na beatitude da inabalável confiança nativista nas nossas riquezas naturais e nos altos destinos políticos para que nasceu fadado o Brasil. Mas, apesar de tudo serão eles sempre motivos iminentes de sérias preocupações para os menos confiantes na eficácia que possa ter a intervenção administrativa exclusiva no modelamento de um povo.

Muito mais complexos são por certo os problemas étnicos.

Nas sociedades humanas, escreve notável sociólogo, seja qual for a jerarquia a que pertençam, qualquer que seja a sua estrutura íntima, a

Antropologia vê o homem-organismo com as suas necessidades, com as suas atividades, sobretudo com a herança mil vezes milenária a ele transmitida pela história e evolução de toda a série animal. Nos povos que nascem, crescem e desaparecem deixando recordações mais ou menos gloriosas ou vis; nas nacionalidades que ansiosamente lutam para unir-se e tornar-se independentes, ela, a Antropologia, procura e encontra sempre o fator orgânico da descendência da raça. Nas próprias classes sociais em perpétua luta entre si pela hegemonia, a Antropologia entrevê as verdadeiras razões do seu antagonismo, para além de diferenças puramente econômicas e estabelece que, mesmo aqui, se trata de elementos étnicos ainda não fundidos, ou sobrevivendo psicologicamente distintos, mau grado a secular mistura, no mesmo solo, das diversas estirpes de que provieram.

Só porque não estamos, como os Estados-Unidos, na contingência de discutir, diante de alguns milhões de Negros, as soluções do nosso problema étnico; porque não nos são aplicáveis os termos em que ali se debate a fusão biológica ou simplesmente social de Brancos e Negros, o êxodo para a África, ou para a América Central ou Meridional, e até mesmo a extinção dos Afro-americanos, ficamos firmemente convencidos de que o problema o Negro nos liberta das suas preocupações. Mas, como os Estados-Unidos, nós recebemos largamente a imigração negra e esses Negros foram incorporados à nossa população. Nunca tivemos, como os Estados-Unidos, um excedente respeitável de população branca, e os Estados-Unidos não tem, como nós, uma grande parte do país em plena região tropical. Acaso, a simples miscigenação em que se misturaram, em partes mais ou menos equivalentes, Brancos e Negros, — solução repelida pelos Estados-Unidos —, nos terá libertado da obrigação de estudar a influência do homem Negro no Brasil?

O valor social do Mestiço, o aclimamento dele se dos Negros ao Sul, o da Raça Branca ao Norte serão acaso questões tão seguramente resolvidas já, que nos desobriguem de meditar sobre elas, de coligir os elementos de um juízo seguro, de pensar, como homens de ciência e patriotas, nos corretivos que se podem opor às más consequências que de tal situação possam advir?

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam

as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo. Na trilogia do clima intertropical inóspito aos Brancos, que flagela grande extensão do país; do Negro que quase não se civiliza: do Português rotineiro e improgredista, duas circunstâncias conferem ao segundo saliente preeminência: a mão forte contra o Branco, que lhe empresta o clima tropical, as vastas proporções do mestiçamento que, entregando o país aos Mestiços, acabará privando-o, por largo prazo pelo menos, da direção suprema da Raça Branca. E esta foi a garantia da civilização nos Estados- Unidos.

Abstraindo, pois, da condição de escravos em que os Negros foram introduzidos no Brasil, e apreciando as suas qualidades de colonos como faríamos com os de qualquer outra procedência; extremando as especulações teóricas sobre o futuro e o destino das raças humanas, do exame concreto das consequências imediatas das suas desigualdades atuais para o desenvolvimento do nosso país, consideramos a supremacia imediata ou mediata da Raça Negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo o caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo.

Este juízo que não disputa a infalibilidade ou a inerência, nem aspira proselitismo, obedece, na sua emissão franca e leal, não só ao mais rudimentar dever de uma convicção científica sincera, como aos ditames de um devotamento respeitável ao futuro da minha pátria.

Ao brasileiro mais descuidado e imprevidente não pode deixar de impressionar a possibilidade da oposição futura, que já se deixa entrever, entre uma nação branca, forte e poderosa, provável mente de origem teutônica, que se está constituindo nos estados do Sul, donde o clima e a civilização eliminarão a Raça Negra⁴, ou a submeterão, de um lado; e, de

⁴ Um observador brasileiro, o Dr. Remédios Monteiro, me informava em carta de 11 de abril de 1899: “A raça negra tende a desaparecer em Santa Catarina por efeito do clima: as crianças anemiam-se, escrofulizam-se, e tuberculizam-se, enquanto as que não são de tal origem criam-se bem.”

É a situação da Raça Branca no norte do país. O Dr. José Veríssimo (“Os Holandêses no Brasil”. *Revista do Inst. Arqueológico pernambucano*, 1901, pág. 121) cita esta justa apreciação que ouviu ao escritor holandês, Sr. Rijckevorsel: “Se nós (os Holandêses)

outro lado, os estados do Norte, mestiços, vegetando na turbulência estéril de uma inteligência viva e pronta, mas associada à mais decidida inércia e indolência, ao desânimo e por vezes à subserviência, e assim, ameaçados de se converterem em pasto submisso de todas as explorações de régulos e pequenos ditadores. É esta, para um brasileiro patriota, a evocação dolorosa do contraste maravilhoso entre a exuberante civilização canadense e norteamericana e o barbarismo guerrilheiro da América Central.

E essa visão nos libertará, estou certo, da insânia de que um sentimentalismo doentio e imprevidente já pensou em nos querer contaminar. Não se pode qualificar de outro modo a pretensão de atrair para o Brasil a imigração dos Negros americanos. Quando, há uns dez ou quinze anos, se levantou nos Estados Unidos a ideia de uma emigração completa dos Negros americanos para o México ou a República Argentina e se enviaram mesmo para esse fim deputações negras ao primeiro destes países,

houvéssemos dominado o Brasil, expulsando dele os Portugueses, os senhores não existiriam... É que nós não poderíamos viver e prosperar no Brasil. Não suportaríamos o clima, degeneraríamos à segunda ou terceira geração... Conhece o Senhor aqui no Norte uma família da Europa Setentrional, extrema de cruzamento em segunda ou terceira geração?”.

No parecer de Rijckevorsel, domina, bem se vê, a crença geral de que os povos brancos do Sul da Europa se podem aclimar no Norte do Brasil, mercê do cruzamento com os Negros ou com os Índios.

É um erro manifesto, acreditamos nós; ou pelo menos uma suposição que demanda provas. O mestiçamento não faz mais do que retardar a eliminação do sangue branco. Esta eliminação, que, na raça pura de mescla, se processa em poucas gerações, pela degenerescência de marcha aguda a que se referia Rijckevorsel a propósito dos Europeus do Norte, tem lugar, mal grado o cruzamento, apenas com a diferença de efetuar-se gradualmente por um processo degenerativo de marcha crônica e portanto muito lenta.

É o que acreditamos ter começado a demonstrar, seguindo o método das monografias, com a nossa memória: *Métissage, dégénérescence et crime*, publicada nos *Archives d'Anthropologie Criminelle*, 1898.

Às conclusões desta memória, opôs sérias reservas Frederic Starr, na notícia bibliográfica com que a honrou no *The American Antiquarian* de Chicago. March-April, 1902, pág. 130.

As objeções são justas, mas não afetam à verdade da proposição discutida e tão somente ao método adotado na sua demonstração. É o que esperamos provar com novos documentos, em uma próxima memória ainda inédita: *La dégénérescence physique et mentale chez les peuples métis des pays chauds*, em que trabalhamos atualmente.

Estas sérias dificuldades de que por toda parte se vê cercado o estudo científico dos mestiços, contrasta com as sentenças fáceis, tão dogmáticas e abstrusas como carentes de provas, que temos ouvido e lido sobre a questão, especialmente a propósito do caso de Canudos.

o bom senso dos dois povos repeliu com energia o perigo de que estavam ameaçados e fez abortar, para logo, as esperanças depositadas nessas tentativas.

O desfavor encontrado por tais projetos na opinião pública do México e da República Argentina, escreve um publicista⁵, o alarme dado pela imprensa dos dois países contra a ameaça de semelhante invasão, cortaram de súbito, como se pode imaginar, as tentativas preliminares do acordo e devem ter convencido, de uma vez, aos propugnadores do êxodo afro-americano, de que, para a África, para a pátria natural dos Negros, se devem voltar as suas vistas.

Se, por extrema infelicidade nossa, semelhante aberração de um sentimentalismo criminoso pudesse ser, algum dia, outra coisa mais do que aquilo que por felicidade realmente é, — uma utopia a todos os respeitos sem possibilidade de execução prática —; no préstimo de um protesto contra a premeditação desse atentado contra a nossa nacionalidade, encerrariam os presentes estudos a maior recompensa que ao autor fora lícito esperar, quaisquer que pudessem ser os dissabores dele decorrentes.

Futuro e valor social do Mestiço ário-africano no Brasil: tal, pois, a fórmula do nosso problema “O Negro”. Problema de sua natureza complexa em extremo, ainda virgem aqui de contribuições elucidativas, difícilíssimo de observação num país governado sem estatísticas, demandando investigações em domínios das mais variadas competências, é indubitável que nos achamos ainda muito longe de poder sobre ele emitir juízos definitivos, suficientemente fundamentados.

Encarando-o sob o aspecto biológico, tenho consagrado alguns ensaios⁶ à sua elucidação direta. A controvérsia suscitada por esses

⁵ Mondaini: *La questidne dei negri nella storia e nella società nord-americana*, Torino 1898, pág. 436.

⁶ “Antropologia patológica: os Mestiços” (*Brasil- Médico*, 1890); “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, Bahia, 1894; “Des conditions psychologiques du dépeçage criminel” (*Archives d’Anthropologie criminelle*, 1898); “A loucura epidêmica de Canudos”; “Antônio Conselheiro e os Jagunços” (*Revista Brasileira*, 1897); “Epidemie de folie religieuse au Brésil” (*Annales Medico-psychologiques*, 1898); “La folie des bules. Nouvelle contribution à l’étude des folies épidémiques au Brésil” (*Annales Medico-psychologiques*, 1901); *L’animisme fétichiste des nègres de Bahia*, Bahia, 1900, ed. Reis & Cia.; “Métissage, dégénérescence et crime” (*Archives d’Anthropologie criminelle* (1899)); “Atavisme psychique et paranoia” (*Archives d’Anthropologie criminelle*, 1902); “La

trabalhos começa a depurar as ideias nascidas das primeiras impressões, do que elas possam conter de exagerado e defeituoso. Prossigo nos exames e observações destinadas a esclarecer o debate, mas a cada passo, à medida que se aperta a análise, torna-se mais sensível a falta de solidez do terreno, à míngua dos conhecimentos preliminares que aqueles estudos pressupõem.

O problema “o Negro” no Brasil tem, de fato, feições múltiplas: uma do passado, — estudo dos negros africanos que colonizaram o país; outra do presente: — Negros crioulos, Brancos e Mestiços; a última, do futuro: — Mestiços e Brancos crioulos.

É a um ensaio de sistematização destes estudos que consagro o presente livro, destinando-o ao conhecimento de uma das preliminares do problema, a história dos Negros colonizadores.

Tanto quanto sei do assunto, não mie consta já a tivessem tentado no Brasil e tenho que destes estudos etnográficos se habilitará a receber a justa interpretação da História pátria abundantes esclarecimentos.

Documentos dos tempos coloniais, por ventura existentes nos arquivos portugueses ou fluminenses, poderão completar alguns pontos que, à míngua deles, foram aqui insuficientemente explanados. Mas não acredito possam mudar as linhas gerais do trabalho, nem modificar as suas conclusões.

Paranoia chez les nègres” (em curso de publicação nos *Archives d’Anthropologie criminelle*).